

A limpeza urbana é uma questão pública a ser enfrentada em todas as cidades no mundo e que envolve diferentes atores. No Brasil, a regulação nacional foi definida apenas recentemente. Porém, a competência do oferecimento dos serviços de limpeza urbana é exclusivamente municipal (BRASIL, 1988, 2007, 2010; SÃO PAULO, 2006, 2014). Indispensável para a continuidade da vida urbana por seu caráter essencial, esta política pública geralmente é notada pelos cidadãos somente pela sua ausência ou execução precária, quando os resíduos não são coletados ou se acumulam nas ruas, locais públicos e domicílios.

O trabalho em desenvolvimento pela autora consiste em analisar o caso das políticas de limpeza urbana em metrópoles, utilizando para tal o contexto da cidade de São Paulo num recorte temporal definido, de 2002 a 2018. A análise se dá sobre as políticas que aconteceram no período, com o foco no momento de implementação dessas políticas e nos arranjos de governança que influenciaram (ou não) essa implementação. As lentes teóricas de análise de políticas públicas são mobilizadas para explicar a limpeza urbana do ponto de vista da política pública.

Estudos relacionados ao tema de limpeza urbana e resíduos têm sido tradicionalmente desenvolvidos nas áreas de Sustentabilidade, Ciência Ambiental, Gestão Ambiental, Geografia e Saúde Pública (GODOY, 2015). No campo das políticas públicas, administração pública e ciência política, estes assuntos ainda são timidamente explorados, com alguns poucos trabalhos desenvolvidos recentemente (MARQUES, 2005; GODOY, 2015, 2016, 2018; DE LÓCCO, 2017; GAMBI, 2018).

Em 2015 é apresentado por Godoy um consistente panorama geral da história, da construção da política e do mercado da limpeza urbana em São Paulo. Em 2016, Godoy trata da economia política da limpeza urbana, evidenciando sobretudo como se dá a composição das empresas que atuam neste mercado. Ele mapeia a composição societária das empresas envolvidas no mercado de limpeza urbana e demonstra como essa rede de atores tem conexões fortes entre si e atua dentro e fora do Estado, por meio dos contratos e de entidades associativas. Já em 2018, Godoy apresenta os modelos institucionais presentes nessa política e os limites de atuação do Estado.

De Lócco (2017) faz uma análise da formulação e implementação da limpeza, mas no município de Guarulhos. O estudo dela, quando comparado ao contexto de São Paulo, ajuda a perceber como as diferenças do cenário político influenciam fortemente na implementação. Gambi (2018) apresenta um panorama do Estado de São Paulo, não analisa especificamente o município de São Paulo, mas oferece

um diagnóstico sobre como os municípios vem tratando da questão da limpeza urbana e a presença marcante das Parcerias Público Privadas (PPPs), evidenciando o papel do setor privado nesta política.

Os poucos trabalhos recentes em ciência política e políticas públicas que tratam a questão da limpeza urbana em São Paulo, não tem o foco na questão da implementação, na questão dos arranjos de governança que operam nesta política e nem oferecem um grande detalhamento do orçamento público, ainda que Godoy (2018) aborde levemente a questão orçamentária. Deste modo, a grande contribuição do meu trabalho é aplicar as lentes teóricas de implementação e governança para esta política na cidade de São Paulo e, oferecer um primeiro mapeamento mais detalhado dos gastos com a limpeza numa série histórica, indicando porque o orçamento, no caso desta política, é um fator relevante para a estruturação e oferecimentos dos serviços públicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CcIVIL_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 07 out. 2018.

_____. Lei nº Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm>. Acesso em: 14 out. 2018.

_____. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 13 out. 2018.

DE LÓCCO, Lígia Gonçalves. **Política de limpeza urbana em Guarulhos**: análise da formulação e implementação. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-09092017-110643/pt-br.php>>. Acesso em: 12 set. 2018.

GAMBI, Raissa Fontelas Rosado. **A gestão dos resíduos sólidos no Brasil**: uma análise crítica das parcerias público-privadas como arranjo emergente. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/332372/1/Gambi_RaissaFontelasRosado_D.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

GODOY, Samuel Ralize de. **Muito além da lata de lixo**: a construção da política pública e a organização do mercado de limpeza urbana no município de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-12012016-135131/pt-br.php>>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. **A economia política da limpeza urbana em São Paulo.** *Novos estudos. CEBRAP* [online], v. 35, n. 2, pp.55-76, 2016. ISSN 0101-3300. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201600020004>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

_____. Limpeza urbana: política, modelos institucionais e os limites do Estado. In: MARQUES, Eduardo (Org.). **As políticas do urbano em São Paulo.** São Paulo: Editora Unesp; Centro de Estudos da Metrópole, 2018. p. 201-251.

MARQUES, Ana Maura Tomesani. **As políticas de limpeza urbana de São Paulo.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. São Paulo, mar. 2006. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12300-16.03.2006.html>>. Acesso em: 12 set. 2018.

SÃO PAULO (Município). Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo – PGIRS 2014. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-2014.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.